

## ASSENTAMENTOS: PERMANÊNCIA OU MUDANÇA?

*Alícia N.G. de Castells\*\**

*Maria Ignez S. Paulilo \*\*\**

O objetivo deste trabalho é discutir o significado da categoria "mudança" entre agricultores assentados. Este objetivo teve por suporte pesquisa realizada em 1989 em Putinga, que é um assentamento localizado no município de Matos Costa, região centro-oeste do Estado de Santa Catarina<sup>1</sup>.

O que primeiro sobressai nas histórias de vida dos assentados de Putinga é sua intensa mobilidade. Quando perguntamos em quantas localidades cada chefe de família entrevistado já havia morado, o maior número disse que em quatro, sem contar as duas localidades onde ficaram acampados. Deve-se levar em conta que são homens jovens, com filhos pequenos. São pessoas acostumadas a serem forçadas a mudar desde crianças. A região oeste, de onde vieram, já foi colonizada por agricultores vindos do Rio Grande do Sul em busca de terras. Seu povoamento iniciou-se na década de 20, mas foi nas de 50 e 60 que a região recebeu o maior fluxo de migrantes. Nos anos 70, a situação se reverte, porque a fronteira agrícola começa a se fechar (CAMPOS, 1987). As entrevistas passam uma grande impressão de desassossego. Por isso não nos surpreendeu o episódio contado por CALLADO (1984:27). Conversando com o bispo Dom Pedro Casaldáliga, este perguntou ao autor se ele sabia qual era a palavra mais usada pelo caboclo brasileiro, Antonio Callado respondeu: "terra", mas Dom Pedro retrucou: "sossego".

---

\* Comunicação apresentada na 45ª Reunião Anual da SBPC, Recife-PE, 1993.

\*\* Professora do Departamento de Ciências Sociais - CFH/UFSC

\*\*\* Professora do Departamento de Ciências Sociais - CFH/UFSC

O campesinato brasileiro forma, pois, um povo pária: sem terras e sem direitos. A mobilidade forçada mostra a falta de terras. A violência impune que grassa no campo brasileiro atesta a falta de direitos. Só nos dois anos em que os atuais assentados de Putinga estiveram acampados reivindicando terra - 1985 e 1986 - foram registrados, no Brasil, 1.270 conflitos no campo e 230 assassinatos (CPT e outros: 1988:18). Tem razão WANDERLEY (1990:6) quando afirma que o campesinato brasileiro precisa ser compreendido do ponto de vista de sua "precariedade". Em suas palavras: "o acesso precário à terra, intensa mobilidade espacial, agricultura rudimentar, dieta insuficiente, vida social restrita, ausência de direitos sociais, etc."

Esta precariedade não se resolveu com o assentamento das famílias pois deve-se dizer que a terra destinada aos assentados não é boa para a lavoura, havendo inclusive a necessidade de corrigi-la com calcário por um período de dez anos. Também não é muita, cerca de 19,4 ha por família. Por isso, eles utilizaram parte do crédito fornecido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na construção de fornos para a feitura de carvão vegetal<sup>2</sup>. Apesar dos fornos, a lavoura não foi abandonada. Três anos após a chegada à área, existe uma diversidade produtiva que inclui tanto produtos tradicionais como milho e feijão quanto novas culturas mais adequadas ao clima: maçã, pêsego, cebola e alho. Da safra de 1987/88 para a de 88/89, a produção de milho cresceu 75% e a de feijão 67%. Tem-se, também, hortas e criações de animais. A principal fonte de renda, porém, é o carvão. Existem, no assentamento, perto de 200 fornos, o que dá a idéia da importância deste produto, já que lá residem em torno de 220 famílias.

A permanência desta característica central do campesinato brasileiro - a precariedade - tem levado a uma idéia de que "nada mudou" para esses produtores e que eles, ou seus filhos, mais cedo ou mais tarde voltarão a ser sem-terra. Porém, o que nossa experiência de campo mostrou é que, mesmo diante de uma sobrevivência tão difícil, aparecem brechas que nos resgatam da sensação paralisadora da fatalidade. Estas brechas são abertas pelo grande potencial de mudança que sentimos entre os assentados. A mobilidade forçada se muito lhes tirou, deu-lhes a inquietação, sentimento-alma das transformações. A experiência dos acampamentos foi um corte com

relação às experiências passadas. A intensidade com que foi vivida levou os que dela participaram a um "ponto de não-retorno", a um patamar mais alto de conscientização e mobilização políticas. Na atenção que prestamos ao Movimento dos Sem-Terra é preciso que nossos olhos não se fixem só no termo "sem-terra" mas olhem também para a palavra "movimento", pois o movimento dos sem-terra não cessa com a chegada à área definitiva, mas materializa-se diariamente na preocupação com uma "subsistência planejada", que rompe com a camisa-de-força das necessidades imediatas e transmuta-se em agrovilas, grupos coletivos, revisão dos currículos escolares tradicionais e uma intensa disponibilidade para mudar.

Mudar não é só um ato de vontade pessoal ou grupal. É preciso lembrar que as condições concretas de vida no assentamento tendem mais a perpetuar a precariedade do que a saná-la. A disposição para mudar tem que encontrar terreno propício, condições favoráveis. Se é grave que estas condições não estejam presentes, é mais grave ainda que, diante de lentos resultados, crie-se um ceticismo com relação ao potencial de mudança dos atores em jogo. Esse ceticismo tem sido alimentado, a nosso ver, por uma ênfase muito grande - por parte dos mediadores - em transformações radicais, com a presença de grupos totalmente coletivos, onde até as despesas de cada família são planejadas em conjunto, o que deixa em segundo plano mudanças consideradas "menores" como associações, uso coletivo de máquinas, prática de assembléias gerais como instrumento de decisões e outras. Como situações novas tão radicais como a coletivização total são difíceis de se manter, a ênfase excessiva sobre elas leva a uma sensação de "volta à estaca zero" quando a experiência fracassa mesmo que só em parte.

ZIMMERMANN (1989), em trabalho realizado no Rio Grande do Sul, refere-se a esta mesma ênfase. Conta que no assentamento por ela estudado famílias reúnem-se no que chamam de "súcias", isto é, reúnem-se numa forma de organização que permite a compra coletiva de carroças, animais, máquinas e insumos, mas que não coletiviza terra e trabalho. Embora esta forma esteja presente na quase totalidade das famílias "caboclas", encontra dificuldade de legitimação junto ao Movimento dos Sem-Terra, sendo as famílias que assim se organizam consideradas "individuais".

O que mais impressiona, porém, no trabalho de ZIMMERMANN, é o entrecruzamento que ela mostra entre vários planos de discriminação. As famílias reunidas em "súcias" são discriminadas porque são consideradas "individuais", porque são mais pobres que as famílias coletivizadas (e essa pobreza não deriva de sua não coletivização mas de sua situação anterior ao assentamento) e porque são "caboclas", isto é, de origem luso-brasileira, e não "de origem" como são conhecidos os descendentes de italianos e alemães. Só não são minoria, o que de alguma forma se não justificaria pelo menos explicaria parte dos preconceitos.

Se já há certa desconfiança por parte de lideranças e mediadores com relação a algumas experiências coletivas que não seguem o modelo de coletivização total, a possibilidade de que nesse menosprezo estejam contidos elementos de autoritarismo, preconceito e "sobreinvestimento ideológico"<sup>3</sup>, leva-nos a examinar o problema com mais cuidado ainda. Entre o produtor puramente "individual" e o grupo coletivo medeiam várias formas de cooperação, que acabam ofuscadas pela luz excessivamente dirigida a um só dos pólos, fazendo com que pareça vazio todo um espaço cheio de elos entrelaçados pela vontade de mudar. Desvelar esses elos significa, para nós, revelar a existência de um grande potencial de mudança. Passamos, então, a seguir, a arrolar as formas de cooperação que encontramos.

## **1. Grupos Totalmente Coletivos**

Das 220 famílias que compunham o assentamento de Putinga, cerca de 40 estavam envolvidas, na época da pesquisa<sup>4</sup>, em formas totalmente coletivas de produção: trabalho, máquinas, terras, benfeitorias, tudo era conjunto, havendo a proposta de que até o problema da alimentação das famílias fosse resolvido coletivamente. Cada família morava numa casa separada, mas as casas ficavam juntas e não uma em cada lote. Do restante das famílias, a maioria podia ser considerada como integrando formas semicoletivas, pois era bastante comum a compra conjunta de implementos agrícolas.

A coletivização total é a forma de organização defendida pelo Movimento dos Sem-Terra. Para ele, esta seria a única maneira das famílias conseguirem se viabilizar economicamente. A idéia é formar

empresas coletivas, com 200 ou mesmo 500 produtores que, usando insumos e máquinas modernos, possam competir no mercado capitalista. Há, também, a idéia de que esses grupos sejam germes de uma nova sociedade, mais coletiva e igualitária.

A ênfase do Movimento dos Sem-Terra na forma totalmente coletiva de organização provoca queixas das famílias que assim não se organizam. A queixa mais constante é quanto à distribuição do crédito. Segundo os responsáveis por esta distribuição, quando da vinda do primeiro financiamento do BNDES, os grupos coletivos foram mais bem aquinhoados, com o respaldo do MST. Nos dois anos seguintes, como a verba era muito pequena, a distribuição foi igualitária. O Movimento não esconde seu maior apoio aos grupos coletivos e, quanto a investimentos, esses grupos têm maior possibilidade de arcar com eles e de dar retorno, o que pesa na decisão de técnicos, como agrônomos e extensionistas, de trabalhar mais com eles. Também, o grau de politização de seus membros é maior, facilitando a relação com os mediadores. As famílias "individuais" sentem-se, então, discriminadas.

Do que observamos, a forma totalmente coletiva permite grande otimização de recursos e um constante aprendizado, tanto político no sentido mais geral, como sobre a convivência em grupo. Quanto à otimização temos que, fazendo dos lotes uma única área, pode-se destinar às lavouras os pedaços mais férteis, colocando-se as casas na forma de agrovilas sobre terrenos mais pobres ou mais convenientes à moradia: próximos às estradas, cursos de água, etc. A compra conjunta de máquinas economiza recursos financeiros. Quanto ao aprendizado político mais geral, vemos que esses grupos liberam algumas pessoas do trabalho na terra para que elas possam fazer parte da liderança do MST. Com isso, há um retorno constante dos impasses e conquistas com que se defronta o Movimento. A capacidade de mobilização também é maior nesses grupos. Quanto ao aprendizado sobre a convivência coletiva, este se faz em reuniões semanais onde é distribuído o trabalho.

Os principais problemas levantados quanto a esta forma de organização foram:

a) como o trabalho é distribuído pelo grupo, muitas vezes com horários rígidos e cobrança da presença, alguns sentem-se como se

ainda estivessem trabalhando como empregados de alguém, situação à qual não pretendem nunca mais retornar;

b) a liberação de pessoas do grupo para participar do MST faz com que elas acabem por ter mais peso nas decisões dos grupos. Como a formação de líderes é um processo lento e exige do Movimento mais atenção do que ele está em condições de dar para os assentamentos cujo número, à época da pesquisa, era de 39 em todo o Estado, a perpetuação de alguns líderes agrava ainda mais o sentimento de exclusão nas decisões que outros membros do coletivo apresentam;

c) há pouco espaço para os desejos individuais. Como os recursos são poucos, priorizam-se os investimentos em máquinas e benfeitorias e menos o conforto de cada família. Há quem sugira, entre os entrevistados, que uma combinação de posses coletivas com posses individuais seria mais viável;

d) fica difícil resolver a questão de como distribuir os recursos para os gastos de cada família, quando estas possuem números diferentes de membros participando do trabalho na terra;

e) quando um membro quer deixar o grupo, perde o direito à parte dos bens adquiridos em comum.

## **2. Coletivo de Máquinas ou Grupos Semicoletivos**

A maioria dos entrevistados tem algo comprado em conjunto: carroça, trilhadeira ou mesmo trator. Poucas queixas ouvimos sobre isso. cremos que esta tranquilidade se deva ao fato de que é muito difícil para uma família arcar sozinha com os custos da compra e manutenção de equipamentos. Além disso, como os lotes são pequenos, se comprados individualmente as máquinas passariam parte do tempo ociosas.

## **3. A Associação**

Foi fundada em 1988, quando eleita a primeira diretoria. No momento da pesquisa, novembro de 1989, a gestão estava sendo feita pela segunda diretoria, também eleita pelos assentados. Fazem parte

de seu quadro administrativo o presidente, o tesoureiro e o secretário. A diretoria da associação administra tudo que é propriedade comum do assentamento. Para tomar decisões convoca assembléias gerais.

Fazem parte também da administração do assentamento três diretores que são responsáveis por três serviços prestados pela associação: setor de caminhões, setor de mercado e setor de apicultura. Essas seis pessoas são pagas pelos próprios assentados, recebendo um salário mínimo mensal. Os três serviços são muito valorizados pelos assentados. O de caminhões possui três veículos que fazem fretes a preços menores que os de mercado. O de apicultura responsabiliza-se pela produção de mel que é feita por grupos de famílias. Essas famílias se reúnem e montam um apiário com duas caixas para cada uma. Não é preciso que todos trabalhem com as abelhas. Paga-se uma pessoa do grupo para fazer isso, porque esta atividade dá pouco trabalho. A associação fornece os equipamentos necessários e cobra 10% da produção. O setor de mercado vende produtos de consumo. Dos três setores é o único que dá lucro para a associação mas, também, há queixas com relação ao preço das mercadorias. Mesmo assim, o fato de não precisarem se deslocar para fazer compras de emergência favorece os assentados.

#### **4. A Escola**

Os moradores de Putinga valorizam muito o fato de poderem alfabetizar seus filhos. Mulheres do próprio assentamento dão as aulas e há grande preocupação com a adequação do conteúdo das matérias às necessidades do assentamento. Ensinam, entre outras coisas, a plantar. A escola, dentro de seu planejamento alternativo, traz pessoas de diferentes áreas para enriquecer o conhecimento das crianças. Este foi o caso de um produtor de carvão e de uma líder do grupo de mulheres. Convidam também os próprios pais dos alunos para instruir sobre o seu dia-a-dia de agricultores.

#### **5. Grupos de Mulheres**

Em Putinga há quatro grupos de mulheres formados por área de vizinhança. As líderes, que são também assentadas, reúnem as

mulheres uma vez por mês e discutem questões consideradas importantes. Na verdade, a importância está menos nas questões que no fato de as mulheres sentirem-se parte integrante e ativa do assentamento através desses grupos. Para conseguirem maior participação, as líderes algumas vezes propõem a feitura coletiva de trabalhos, que se materializam em coisas úteis como acolchoados, peças de tricô ou de costura. Há 198 mulheres participando desses grupos.

## **6. Apoio ao Movimento dos Sem-Terra**

Se o assentamento não é unânime em muitas coisas, numa pelo menos o é: na contribuição financeira que os assentados dão ao MST. Todos contribuem, mesmo os "individuais" mais ferrenhos. Também contribuem na forma de participação em romarias e outras manifestações, mas aí o grau de participação é menor.

## **7. "Pixirum"**

Esta última forma de organização coletiva por nós encontrada é a única que já fazia parte da vida dos assentados antes de sua participação na luta pela terra. É um tipo de mutirão, onde as pessoas amigas se ajudam em tarefas para as quais os membros de uma família não são suficientes: colheita, construção de benfeitorias, etc.

Se nos detivemos tanto nas formas coletivas de organização existentes, é menos por serem coletivas e mais porque significam disponibilidade para mudar, para tentar algo novo. Enfatizar apenas o lado negativo da permanência de más condições de vida, sem levar em conta que, antes de serem assentadas, essas famílias tinham condições ainda piores, leva a um descrédito que pode desembocar numa visão fatalista de que a luta dos sem-terra é uma luta perdida de antemão.

## **Notas**

<sup>1</sup>Este texto é parte de um trabalho maior que foi inicialmente financiado pelo "Programa de Dotações para Pesquisa da ANPOCS, com

recursos da Fundação FORD" e, posteriormente, pelo CNPq. A eles, nossos agradecimentos.

<sup>2</sup>Esta forma de crédito recebe o nome de Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA). O dinheiro é emprestado com três anos de carência e cinco de amortização. Os juros são de 3% ao ano e a correção monetária é de 35%.

<sup>3</sup>Quando falamos em "sobre-investimento ideológico" falamos da esperança que alguns líderes e mediadores têm do que os assentamentos sejam os "germes de uma nova sociedade". Isto faz com que se exija de seus moradores um comportamento próximo ao das comunidades religiosas.

<sup>4</sup>Dizemos "na época da pesquisa" porque, segundo informações posteriores, houve mudanças no assentamento no ano de 1990 principalmente na composição dos grupos coletivos. Estes estariam tendo grandes dificuldades para se manter, tendo havido desmembramentos.

## **Bibliografia**

- ARBEX, José. "Miséria nas metrópoles é explosiva". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 de abril 1991. Segundo Caderno, p.1.
- ARNS, P.C. et alii. "Realidade agrária catarinense: origem, situação atual e perspectivas". Relatório de pesquisa apresentado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da UFSC. Florianópolis, mimeo. 1988.
- CALLADO, Antonio. **Entre Deus e a vasilha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CAMPOS, Indio. "Os colonos do Rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústria no oeste catarinense". Dissertação de Mestrado defendida junto ao Mestrado em Economia Rural da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, mimeo. 1987.
- CASTELLS, Alicia N.G. de. "Sem-Terra: o coletivo no cotidiano". Trabalho apresentado no 3º Encontro Regional do PIPSA SUL. Porto Alegre, 1990.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) et alii. **A ofensiva da direita no campo**. Mimeo., 1968.

- COSTA, Carlos Fernando. "Colméia: o ecologismo e a ecologia como estratégia de reprodução de pequenas propriedades rurais". Trabalho apresentado no 3º Encontro Regional do PIPSA SUL. Porto Alegre, 1990.
- DUPUY, Jean Pierre. **Introdução à crítica da Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- LISBOA, Teresa K. **A luta dos sem-terra no oeste catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1988.
- MOSER, Anita. "Alguns aspectos da realidade dos descendentes de italianos em Santa Catarina". Trabalho apresentado no Seminário II fattori culturali dello sviluppo: italiani e tedeschi in due stati del Brasile: Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Trento, mimeo., 1990.
- SCHERER-WARREN, Ilse. "Movimentos Sociais Rurais e o Meio Ambiente". **Anais do IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente**. Florianópolis, 1990.
- TURNES, V. et alii. "Os assentamentos fundiários do oeste catarinense". Trabalho apresentado no 2º Encontro Regional do PIPSA SUL. Florianópolis, mimeo., 1989.
- WANDERLEY, M. de Nazareth. "A diferenciação social como objeto de pesquisa". Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Grupos Temáticos do PIPSA. Rio de Janeiro: mimeo., 1990.
- ZIMMERMANN, Neusa de C. "Depois da terra, a conquista de cooperação". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, mimeo., 1989.